

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.500 - RS (2018/0079672-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648
LEONARDO CAMIZA MACHADO - RS099920
AGRAVANTE : IONI ROLIM DOS REIS
ADVOGADO : HENRIQUE MENDES RIBEIRO DA ROCHA - RS046655
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por IONI ROLIM DOS REIS contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AÇÃO DECLARATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ÍNDICE DE SINISTRALIDADE. ABUSIVIDADE. RESTITUIÇÃO SIMPLES. ALTERAÇÃO DO TIPO DE ACOMODAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA.

I. Em se tratando de plano de saúde coletivo, não há percentual previamente fixado pela Agência Nacional de Saúde - ANS, devendo a operadora apenas informar o reajuste anual aplicado, o qual poderá ser livremente negociado com a contratante. Inteligência do art. 8º, da Resolução Normativa nº 128/2006, da Diretoria Colegiada da ANS e do § 2º do art. 35-E, da Lei nº 9.656/98.

Ademais, ainda que a contratação original tenha sido anterior à entrada em vigor da Resolução Normativa nº 128/2006 e da Lei nº 9.656/98, tais diplomas legais são perfeitamente aplicáveis à situação dos autos, haja vista que o contrato em tela, por ser de trato sucessivo, renova-se anual e automaticamente.

II. Contudo, mostra-se abusivo o reajuste em decorrência do índice de sinistralidade, pois permite a majoração apenas em benefício da operadora do plano de saúde, deixando de considerar a possibilidade de o contrato tornar-se extremamente oneroso ao beneficiário.

Afronta à boa-fé contratual, prevista no art. 422, do Código Civil, o que impõe a declaração de nulidade da referida cláusula contratual.

III. Ademais, embora a contratação original tenha sido anterior

Superior Tribunal de Justiça

à entrada em vigor da Instrução Normativa nº 49, de 17.05.2012 e da Resolução Normativa nº 363, de 12.12.2014, tais diplomas legais são perfeitamente aplicáveis à situação dos autos, haja vista que o contrato em tela, por ser de trato sucessivo, renova-se anual e automaticamente.

IV. Cabível a restituição simples dos valores pagos a maior, observada a prescrição trienal.

Quanto à prescrição, o egrégio STJ, no julgamento do REsp nº 1.360.969/RS e do REsp nº 1.361.182/RS, e para os efeitos do art. 1.036, do CPC, consolidou entendimento de que incide o prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil, para a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato de plano de saúde.

V. De outro lado, não houve a modificação contratual apontada pela autora, mas tão somente alteração no que tange à nomenclatura da acomodação, passando de "semi-privativa" para "coletiva". Além disso, a autora não demonstrou qualquer diferença na acomodação após a mudança de nomenclatura, ônus que lhe incumbia, na forma do art. 333, I, do CPC/1973 (art. 373, I, do CPC/2015).

VI. Por fim, de acordo com o art. 85, § 11, do CPC/2015, ao julgar recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado vencedor, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observados os limites estabelecidos nos §§29 e 3º para a fase de conhecimento. Contudo, como ambas as partes lograram êxito no grau recursal, descabe a aplicação do aludido dispositivo. APELAÇÕES PROVIDAS." (e-STJ fls. 363/364).

Opostos embargos de declaração por IONI ROLIM DOS REIS, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 397).

Os aclaratórios opostos por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA foram igualmente rejeitados (e-STJ fl. 404).

Em sede de recurso especial, a recorrente alega, preliminarmente, contrariedade aos artigos 489, III, § 1º, IV, e 1.022, II e parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015, pois restou omissa o aresto reclamado "quanto ao índice de correção que deveria ser observado, ou seja, o IGP-DI, conforme previsto na contratação" (e-STJ fl. 418).

Na sequência, aponta ofensa aos artigos 141 e 492 do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Civil/2015; e 421 e 422 do Código Civil/2002, ao sustento de violação ao postulado do *pacta sunt servanda*, uma vez que:

"Excelências, não há como se manter o respeitável acórdão guerreado, em especial o fundamento de que somente seria abusivo o reajuste das mensalidades ocorrido em dezembro de 2011, eis que todos os reajustes praticados à margem do IGP-DI, índice previsto na contratação, mostram-se ilegais, restando violados os artigos 421 e 422 do Código Civil. Com a devida vênia, nobres Ministros, mas o fato do contrato em tela se tratar de instrumento coletivo, não autoriza à Ré a proceder reajustes de mensalidades em valores superiores aos índices estabelecidos na contratação" (e-STJ fls. 419/420).

Contrarrazões de UNIMED às e-STJ fls. 449/456.

Nas razões do agravo, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 483/492).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Diante da relevância das razões apresentadas no agravo, deve ser determinada a sua autuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, "d", do Regimento Interno deste STJ, dou provimento ao agravo para determinar a sua autuação como recurso especial.

Após a regularização do novo registro, voltem os autos conclusos para julgamento do recurso especial.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator